

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN: IMPLEMENTAÇÃO, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DOCENTE

Mariana Crisostomo Delfino de Brito¹

RESUMO

O estudo aborda a política de educação especial no município de Mossoró-RN, com foco no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Destaca-se a importância da educação especial para promover a inclusão social e garantir os direitos educacionais de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Baseada em uma abordagem qualitativa, a pesquisa consiste numa análise documental e revisão bibliográfica, consultando teses, dissertações e artigos acadêmicos na BDTD e no Portal de Periódicos da CAPES. Foram analisados dez estudos que discutem a implementação das políticas de inclusão, práticas pedagógicas e formação docente no contexto do AEE. Além disso, o estudo examinou a Resolução CME N° 01, de 26 de julho de 2023, que regulamenta a educação especial na rede municipal de ensino de Mossoró-RN, identificando tendências e correlacionando-as com a literatura consultada. Os resultados revelam que, apesar dos avanços nas políticas de inclusão, há desafios significativos na implementação, como a formação docente, o financiamento e a superação de práticas segregadoras. Indicam, ainda, que a implementação da Educação Especial em Mossoró-RN, por meio do seu marco normativo, envolveu a previsão de estratégias que assegurem a continuidade e a qualidade do atendimento especializado, ressaltando a importância de um monitoramento constante para garantir a efetiva inclusão de todos os estudantes. A discussão das políticas educacionais oferece subsídios para gestores e educadores, visando o aprimoramento do sistema educacional e a promoção de uma sociedade mais igualitária.

Palavras-chave: Política de Educação Especial. AEE. Mossoró.

1 INTRODUÇÃO

A investigação sobre implementação da política de educação especial no município de Mossoró-RN revela-se uma iniciativa relevante, considerando a importância desse campo para a promoção da inclusão social e o respeito aos direitos humanos. A educação especial desempenha um papel importante na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas, independentemente de suas especificidades, possam acessar e usufruir plenamente dos direitos educacionais. As políticas públicas de inclusão, com respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, estabelecem a importância de garantir atendimento educacional especializado e gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

¹ Pedagoga pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN (2020). Aluna do curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA.

No entanto, a implementação dessas políticas na prática é um desafio, que envolve questões de diversas ordens como financiamento, formação docente e a superação de uma sociabilidade que segrega e discrimina o diferente do que se convencionou ser o padrão, requerendo monitoramento constante. Assim, a realização deste estudo é justificada por diversas razões, tendo em vista que a educação especial representa um componente essencial das políticas inclusivas, cujo funcionamento e garantia de direitos devem ser constantemente avaliados.

A discussão da educação especial em Mossoró-RN, à luz da Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME) N° 01, de 26 de julho de 2023, permite identificar os limites e possibilidades dessas normas, além áreas que necessitam de melhorias. A partir dessa compreensão, é possível desenvolver estratégias para a promoção da educação inclusiva, garantindo que todos os estudantes recebam o suporte necessário para seu pleno desenvolvimento.

Em suma, a investigação sobre a educação especial em Mossoró-RN é importante para a melhoria contínua do sistema educacional, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária. A discussão da implementação das políticas educacionais oferece reflexões para gestores, educadores e formuladores de políticas, promovendo uma educação de qualidade para todos.

Este estudo busca compreender quais aspectos das políticas de inclusão e de educação especial estão relacionados ao AEE, em diferentes pesquisas a nível de pós-graduação, bem como, nas produções acadêmicas (artigos) construídos em diferentes contextos educacionais, através da consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bem como, verificar tendências na política de educação especial de Mossoró, nos aspectos da implementação da política, prática pedagógica e formação docente

Além desta seção introdutória, o trabalho está organizado da seguinte forma: metodologia; políticas de Educação Inclusiva/Especial e AEE: o que as pesquisas evidenciam?; tendências das políticas de Educação Especial no município de Mossoró; e, por fim, as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, foi realizado um estudo qualitativo por tratar de questões que não mensuráveis, estão no “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2001, p. 22). Assim, esse tipo de

pesquisa auxilia na reflexão sobre a realidade social, oportunizando ao pesquisador desvendar conhecimentos de um processo socialmente construído pelos sujeitos.

Foi realizada pesquisa documental e bibliográfica. Documental, pois foi utilizada uma lei local como fonte de dados; bibliográfica, porque trabalhou com o conhecimento já produzido sobre essa proposta. A pesquisa bibliográfica envolveu a análise de trabalhos acadêmicos e literaturas específicas sobre políticas de educação inclusiva e seus impactos na educação especial.

Para evidenciar os pontos de convergência com a política de educação especial em Mossoró-RN, foi realizada uma revisão de literatura abrangente no banco de dados da BDTD e Periódicos da CAPES. Foram consultados artigos científicos e dissertações que tratam das políticas de educação inclusiva, trazendo-os para discutir com as políticas implementadas no município pesquisado.

Assim, essa pesquisa bibliográfica foi realizada na BDTD e no Portal de Periódicos da CAPES por possuírem elementos de busca avançada com a utilização dos operadores booleanos, item ao qual propicia ao pesquisador uma filtragem mais precisa dos pontos de interesse a serem desvendados.

Dessa forma, o período compreendido foi de 2013 a 2023, para possibilitar a coleta de um volume substancial de dados, a fim de identificar as principais pesquisas dessa última década. O ano de 2024 não fora incluso, pois, ainda, não traria um recorte das produções totais desse ano, tendo em vista até a data de construção desse estudo. Os descritores selecionados foram: “Política de Inclusão AND AEE” e “Política de Educação Especial AND AEE”, os campos de busca foram tanto no título como no assunto dos trabalhos.

Optou-se por trabalhos que discutem políticas de inclusão e de educação especial relacionados ao Atendimento Educacional Especializado, os critérios de exclusão foram aqueles que não se relacionam com as políticas de inclusão e educação especial e o AEE.

Na BDTD, utilizando o descritor “Política de Inclusão AND AEE” no título não foi possível identificar nenhum trabalho, já no assunto 2 (duas) dissertações. Já com o descritor “Política de Educação Especial AND AEE” no título identificou-se 3 (três) dissertações e no assunto 1 (uma) dissertação. Após a leitura dos trabalhos, foram excluídos, conforme o critério, 2 (dois) trabalhos, dessa forma, foram selecionados 4 trabalhos para análise, conforme quadro a seguir.

Quadro 1: Dissertações selecionadas em busca, com os descritores “Política de Inclusão”, “Política de Educação Especial” AND “AEE”.

Ano	Tipo de trabalho	Título	Instituição	Autor
2016	Dissertação	Política de Educação Especial: formação continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Prefeitura Municipal de Fortaleza	UECE	Damasceno, Fabíola Camurça Janebro.
2019	Dissertação	Conceitos e discursos da educação inclusiva e especial: políticas públicas e a formação continuada dos professores o curso AEE surdos- UFU	UFU	Moraes, Bruna Lorena Barbosa.
2022	Dissertação	Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede municipal de ensino de Campina Brade/PB: uma análise a partir da política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva (2008-2018)	UFCG	Barbosa, Verônica Marques da Silva.
2023	Dissertação	Políticas Públicas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em um município do RS: a formação de professores do Atendimento Educacional Especializado – 2007 a 2021	UFRGS	Silva, Caren Daiane da.

Fonte: Elaboração própria por meio dos achados na BDTD (2024).

No Portal de Periódicos CAPES, nos descritores “Política de Inclusão AND AEE” no título foi possível identificar 1 (um) trabalho e no assunto 6 (seis) trabalhos. Nos descritores “Política de Educação Especial AND AEE” no título foi identificado 1 (um trabalho) e no assunto sem resultados. Após a leitura dos trabalhos, 2 (dois) trabalhos não foram incluídos conforme os critérios de exclusão. Totalizando assim para análise 6 (seis) trabalhos, conforme quadro a seguir.

Quadro 2: Artigos selecionados em busca, com os descritores “Política de Inclusão”, “Política de Educação Especial” AND “AEE”.

Ano	Título	Periódico	Autor (es)
2013	O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com múltiplas deficiências frente às políticas de inclusão escolar: um estudo sobre as práticas pedagógicas	RevistAleph	Rocha e Pletsch
2014	A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013)	Arquivos Analíticos de Políticas Educativas	Pletsch
2018	Políticas Públicas da Educação Especial e Protagonismo: uma leitura fenomenológica-crítica sobre duas diretrizes do Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial	Ferreira, Pinel, Moura e Pereira
2019	Impactos da política de educação especial (2008) no Ceará e em Fortaleza	Educ. Pesqui.	Rafante, Selingardi, Silva e Silva
2021	(Con)textualização da política de educação especial em um município sul-mato-grossense	RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Agrelós e Nozu

2022	Políticas públicas educacionais que permeiam a prática pedagógica da Educação Infantil na perspectiva da Inclusão Escolar	Ensino Em Re-Vista	Silva, Steffens e Pereira
------	---	--------------------	---------------------------

Fonte: Elaboração própria por meio dos achados no Periódicos CAPES (2024).

Nesse processo, após a leitura dos resumos dos trabalhos, foram identificados 10 estudos na BDTD e nos Periódicos CAPES. Esses estudos foram submetidos a uma análise de conteúdo conforme Bardin (2011), que incluiu três principais fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, visando captar os significados dos dados coletados. Com base nessas etapas, foi possível desenvolver uma categorização a posteriori em três eixos temáticos: implementação de política, prática pedagógica e formação docente. É importante mencionar que os trabalhos incluídos nos eixos apresentam outras possíveis categorizações, pois abordam diversos elementos da política investigada. No entanto, para este estudo, optou-se por organizá-los de acordo com as semelhanças dentro dos elementos das políticas de inclusão e de educação especial e o AEE.

Por fim, para identificar os efeitos das políticas de educação inclusiva nas matrículas e no atendimento educacional especializado, foi realizada uma discussão da Resolução CME Nº 01, de 26 de julho de 2023, de Mossoró-RN relacionando com as dimensões evidenciadas na pesquisa bibliográfica.

3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA/ESPECIAL E AEE: O QUE AS PESQUISAS EVIDENCIAM?

Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa bibliográfica, tendo em vista que as políticas de Educação Inclusiva/Especial e o AEE são temas de crescente interesse e importância na área da educação. Assim, a seguir são identificadas a implementação dessas políticas, as práticas pedagógicas adotadas e a formação docente necessária para promover uma educação inclusiva de qualidade, através de uma análise abrangente das pesquisas mais recentes, busca-se entender os desafios, avanços e necessidades na efetivação de uma educação que atenda a todos os estudantes.

3.1 Implementação de política

A década de 1990 no Brasil foi marcada por um período de reformas importantes, que impactaram diretamente a educação, incluindo a Educação Especial. Nesse contexto, a

reestruturação do Estado e a redefinição das políticas educacionais foram fundamentais para a construção de uma nova perspectiva inclusiva.

Historicamente, a Educação Especial era marcada por uma visão clínica e segregacionista, focada em diagnósticos psicométricos e na criação de instituições e classes especiais, o que reforçava a ideia de normalidade e anormalidade. Esse cenário começou a mudar com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), que passaram a regulamentar a educação inclusiva como um direito de todos, destacando o AEE como um suporte essencial para garantir a efetiva participação dos alunos com deficiência na educação regular (Garcia e Michels, 2011).

Neste sentido, o estudo de Agrelos e Nozu (2021) tem o objetivo de entender como foi criada a política de Educação Especial no município de Maracaju, no Mato Grosso do Sul, identificando as influências externas nas políticas locais de AEE. Os autores analisaram a resolução de implementação dessa política no município, em 2017, bem como uma entrevista com representantes da Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação. A pesquisa identificou que é necessário o controle orçamentário, para o município, na regulamentação do AEE, mostrando que atualmente é o desafio da implementação dessa política. Além disso, a pesquisa evidencia que o apoio de sala regular/comum é oferecido por professores especialistas e também profissionais com nível médio de escolaridade, porém, devido ao crescente aumento das matrículas, em breve, a contratação de professores especialistas para o apoio pedagógico se torne inviável.

Rafante, Selingardi, Silva e Silva (2019) examinam os efeitos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) no Ceará e em Fortaleza. Os autores procuraram entender as forças que moldam essa política à luz do materialismo histórico dialético, dessa maneira, foi possível perceber que, no *lôcus* da pesquisa, houve um crescimento no número de alunos, professores e escolas para o AEE, destacando também a falta de docentes e instituições para atender a todos os alunos do AEE. Dessa maneira, foi possível identificar um progresso na inclusão e também a presença de parcerias privadas para o AEE, mantendo um sistema paralelo. Por fim, os autores destacam a necessidade de continuidade na implementação da política e a superação das contradições para assim garantir o direito à educação a todos os alunos na rede regular de ensino.

Pletsch (2014) faz uma análise da escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil, de 1973 a 2013, por meio de documentos federais e dados de estudos etnográficos realizados em vários municípios do Rio de Janeiro, comparados com indicadores estatísticos e a literatura do período. A autora aborda três principais questões: as disputas pelo local de

escolarização dessas pessoas, entre iniciativas filantrópicas privadas (predominantemente segregacionistas) e públicas (focadas em princípios inclusivos desde os anos 1990); a ausência de diretrizes claras sobre práticas curriculares para garantir o desenvolvimento dos estudantes e problemas de suporte pedagógico no AEE. Dessa maneira, a autora destaca as contradições históricas nas disputas políticas no Brasil e a fragilidade do sistema público em fomentar práticas educativas com suporte pedagógico a todos os estudantes.

Ferreira, Pinel, Moura e Pereira (2018) analisam de forma fenomenológica e crítica as Resoluções nº 2, de 11 de setembro de 2001, e a nº 4, de 2 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação. Dessa forma, os autores destacam que, mesmo essas resoluções sendo progressistas e atuais, não parecem esclarecer como promover a autonomia dos estudantes da educação especial para que possam opinar sobre as políticas que impactam seu cotidiano. Assim, o artigo destaca que, segundo os documentos, os estudantes do AEE continuam sendo tratados como objetos passivos de um processo de tomada de decisões de outros.

A dissertação de Barbosa (2022) também aponta, de forma mais substancial, por meio da análise do AEE implementado nas escolas da Rede Municipal de Campina Grande (PB), entre 2008 e 2018, com base na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A partir dessa análise, a autora identificou algumas ações de implementação do AEE e seu funcionamento em escolas do município e algumas fragilidades no processo como insuficiência de salas de recursos multifuncionais, falta de interação entre professores da sala regular e do AEE e ausência de acompanhamento do trabalho dos professores do AEE. Dessa maneira, aponta a necessidade de cumprir a legislação que regula a política de inclusão, bem como aponta a formação continuada dos profissionais para problematizar as implicações do desenvolvimento do trabalho dos profissionais envolvidos na formação dos estudantes do AEE.

Desse modo, percebe-se com a análise desses estudos que, embora as políticas de Educação Especial e AEE tenham avançado, ainda é possível identificar desafios significativos em sua implementação, como a escassez de recursos, a formação inadequada de professores e a falta de articulação entre as práticas pedagógicas.

3.2 Prática pedagógica

As políticas públicas educacionais impactam diretamente as práticas pedagógicas voltadas à inclusão escolar, especialmente na Educação Infantil e AEE. Desse modo Silva, Steffens e Pereira (2022) discutem como as políticas públicas educacionais influenciam as

práticas pedagógicas da educação infantil, focalizando a inclusão escolar. Dessa maneira, a proposta das autoras, por meio da reflexão realizada, mostrou que a Educação Infantil deve incluir todas as crianças, garantindo qualidade e equidade a partir de atividades lúdicas, sendo assim, o AEE é posto como um espaço de promoção e segurança aos alunos com deficiências o acesso com respeito e equidade. Além disso, o trabalho destaca que políticas mais amplas como a BNCC não separa a Educação Especial das demais etapas de ensino.

Rocha e Pletsch (2013) discutem em seu artigo resultados de uma pesquisa mais ampla sobre políticas e práticas para estudantes com múltiplas deficiências, a pesquisa foi desenvolvida em sala de recursos multifuncionais de uma escola pública de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa expõe que, mesmo com a dificuldade de atender os pressupostos oficiais do AEE, foi possível evidenciar a importância dos recursos relacionados à Tecnologia Assistiva no atendimento dos estudantes participantes da pesquisa, revelando dificuldades do trabalho pedagógico realizado no AEE a fim de assegurar a aprendizagem dos estudantes.

Assim, as práticas pedagógicas voltadas à inclusão escolar, de acordo com esses estudos, especialmente na Educação Infantil e no AEE, revelam a importância de políticas educacionais que promovam a equidade e a qualidade para todos os estudantes. A partir dessas discussões, evidencia-se que o uso de recursos como a Tecnologia Assistiva e a adequação curricular são essenciais para garantir o processo inclusivo.

3.3 Formação Docente

A formação continuada de professores é um elemento que visa garantir a eficácia das políticas de Educação Especial e Inclusiva, especialmente no contexto do AEE. Neste sentido, é possível destacar a importância de uma formação docente que não apenas alinha-se às diretrizes inclusivas, mas também capacite os professores para lidar com as complexidades e desafios da inclusão escolar, promovendo um ambiente educacional mais equitativo a todos os estudantes.

A dissertação de Silva (2023) analisa o aumento de 917% nas matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul (RS) entre 2007 e 2021, bem como busca verificar o alinhamento das diretrizes municipais à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e investiga os cursos e eventos de formação continuada para professores do AEE. A partir disso, observou-se um compromisso do município com a oferta de formação continuada aos docentes do AEE. Entretanto, destaca que o AEE tende a se distanciar da Educação Especial na perspectiva

inclusiva, centralizando-se na concepção pedagógica e nas dificuldades dos docentes em contribuir na escolarização dos estudantes com deficiência. Em suma, Silva (2023) destaca que é necessário investir em políticas públicas e normativas que reforcem a perspectiva inclusiva.

Dessa maneira, Moraes (2019) investiga os conceitos de normalidade, anormalidade, inclusão e direitos a escolarização do público do AEE, para isso, analisa como esses conceitos são tratados no discurso da inclusão educacional e nas políticas públicas de formação continuada para professores. A autora fez uma construção histórica desses conceitos mostrando como são fomentados por meio de políticas públicas, diante disso, a autora ressalta a importância de mais investimentos na formação continuada de professores para que a conceitualização, especialmente sobre normalidade, seja um tema constante de reflexão.

Nessa perspectiva, Damasceno (2016) procura compreender a formação continuada dos professores do AEE na Prefeitura Municipal de Fortaleza, avaliando a contribuição dessa formação para a prática pedagógica inclusiva dos docentes e, para isso, faz uma análise dos perfis dos professores por meio da fundamentação da Política Nacional de Inclusão. Assim, em seus achados, a autora destaca a formação desenvolvida pela Secretária Municipal de Educação promoveu nos professores de AEE um perfil facilitador da inclusão e integrador da comunidade escolar para o desenvolvimento de alunos com deficiência, como desafio, a autora destaca a falta de momentos de formação no contexto de trabalho, com a participação do núcleo gestor e a necessidade de um professor pesquisador reflexivo.

Assim, as pesquisas sobre políticas de Educação Inclusiva/Especial e Atendimento Educacional Especializado revelam um panorama desafiador. A implementação de políticas, como discutido por Agrelos e Nozu (2021) e Rafante et al. (2019), destaca a necessidade de controle orçamentário e a crescente demanda por professores especialistas, enquanto evidenciam avanços e contradições nas regiões estudadas. Pletsch (2014) e Ferreira et al. (2018) ressaltam as disputas históricas e a necessidade de maior autonomia para os estudantes do AEE. Barbosa (2022) aponta fragilidades na implementação do AEE em Campina Grande, enfatizando a importância da formação continuada dos profissionais envolvidos.

No âmbito das práticas pedagógicas, Silva et al. (2022) e Rocha e Pletsch (2013) discutem a inclusão escolar e a utilização de Tecnologia Assistiva, destacando os desafios e a importância do apoio pedagógico adequado. Quanto à formação docente, Silva (2023) e Moraes (2019) sublinham a necessidade de políticas públicas que reforcem a perspectiva inclusiva e a contínua formação de professores, com Damasceno (2016) enfatizando a importância de um perfil facilitador e integrador para promover a inclusão efetiva. Essas considerações refletem a

complexidade e a urgência de aprimorar as políticas e práticas para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

4 TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

Nesta seção, são discutidas as tendências das políticas de Educação Especial no município de Mossoró-RN, com base na Resolução CME N° 01, de 26 de julho de 2023. Essa regulamentação reflete um avanço na promoção da educação inclusiva na rede municipal, especialmente para alunos com deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação. Compreender essas tendências é essencial para analisar como as políticas educacionais estão sendo implementadas, as práticas pedagógicas adotadas, e a formação docente necessária para garantir uma educação inclusiva e de qualidade.

Dessa forma, o município de Mossoró-RN localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte, a 276 km da capital do estado, Natal. Ocupa uma área de aproximadamente 2.099 km² e uma estimativa de 303.792 habitantes (IBGE, 2021). Mossoró, atualmente, possui um quantitativo de 19.155 alunos matriculados, sendo 1.280 alunos da educação especial. A rede municipal de ensino distribuídas em 58 Escolas e 37 Unidades de Educação Infantil com 26 salas de AEE, segundo dados do MEC (2023) nas etapas da Educação Básica da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A Resolução CME N° 01, de 26 de julho de 2023, que regulamenta a educação especial na rede municipal de ensino de Mossoró-RN, revela várias tendências sobre as políticas de educação inclusiva no município, como: fortalecimento da educação inclusiva, foco na personalização do ensino, integração e colaboração, desenvolvimento profissional contínuo.

Diante disso, de modo a discutir as tendências das políticas de inclusão na política de educação especial no município de Mossoró-RN, foi possível identificar no normativo em questão os aspectos discutidos na pesquisa bibliográfica, possibilitando a construção de um diálogo com o marco legal da Educação Especial de Mossoró-RN e as dimensões de implementação da política, prática pedagógica e formação docente conforme o quadro 3.

Quadro 3: Dimensões da revisão bibliográfica e a Resolução do CME N° 01/2023 de Mossoró – RN.

Dimensão	Citação
Implementação da Política	- "Art. 1º Fica instituída a Regulamentação da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Mossoró, com base na Lei Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tendo como objetivo a oferta da Educação Inclusiva para crianças/alunos(as) com deficiência, Transtorno do Espectro Autista-TEA e Altas Habilidades/Superdotação." "§ 2º A Educação Especial se integrará ao sistema de ensino, no Projeto Político Pedagógico-PPP da escola do ensino regular, na disponibilização de serviços, na oferta do

	Atendimento Educacional Especializado - AEE e na orientação e utilização de estratégias pedagógicas acessíveis à aprendizagem."
Prática Pedagógica	- "Art. 6º O Atendimento Educacional Especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes no ensino regular, considerando as necessidades específicas de cada criança/aluno(a)." "§ 2º O AEE deverá estar articulado com a proposta pedagógica de ensino regular de forma colaborativa ao longo do processo de escolarização." "Art. 5º Os procedimentos para o acesso à SRM são os seguintes: I - a criança/aluno(a) público-alvo da Educação Especial, no ato da efetivação da matrícula no ensino regular na unidade, receberá encaminhamento à SRM para avaliação pedagógica pelo professor(a) do AEE; II - após avaliação, o Professor(a) do AEE elaborará parecer considerando as necessidades específicas quanto às atividades próprias do atendimento realizado e não apenas pela existência da deficiência; III - em caso de parecer favorável à matrícula, a criança/aluno(a) deverá frequentar Sala de Recurso Multifuncional, na Rede Municipal de Ensino, no contraturno de funcionamento da sala regular."
Formação Docente	- "Art. 13 Para atuação como Professor(a) do Atendimento Educacional Especializado - AEE em Sala de Recursos Multifuncionais, o profissional deverá ter uma das seguintes formações ou titulações: I - Graduação em Educação Especial; II - Graduação em Pedagogia com Pós-Graduação (Lato Sensu e/ou Stricto Sensu) em Educação Especial ou Educação Inclusiva ou Atendimento Educacional Especializado; III - Licenciaturas em áreas da Educação Básica com Pós-Graduação (Lato Sensu e/ou Stricto Sensu) em Educação Especial ou Educação Inclusiva ou Atendimento Educacional Especializado." "Art. 14 São atribuições do Professor(a) do Atendimento Educacional Especializado: I - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos(as) da Educação Especial; II - elaborar e executar o estudo de caso e Plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, devendo o Plano construído em colaboração com os professores(as) de sala de aula regular, os supervisores pedagógicos, família e outros profissionais envolvidos no processo educacional da criança/aluno(a)."

Fonte: elaboração própria por meio da resolução do CME Nº 01/2023 em Mossoró – RN.

A resolução enfatiza a integração da educação especial ao sistema regular de ensino, promovendo uma educação inclusiva que abrange não apenas crianças com deficiências, mas também aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação. Isso reflete uma tendência crescente de inclusão ampla, que busca abarcar uma diversidade maior de necessidades educacionais especiais. Estabelece, também, que a educação inclusiva deve ser uma parte essencial do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, garantindo que as estratégias pedagógicas sejam acessíveis e adaptadas às necessidades específicas dos alunos. Isso demonstra uma abordagem inclusiva que busca eliminar barreiras e promover a participação plena de todos os estudantes no ambiente escolar. Tal inclusão não apenas atende às exigências legais, mas também reforça o compromisso com uma educação equitativa e justa.

Ao estabelecer o Atendimento Educacional Especializado, a resolução destaca a necessidade de identificar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade de acordo com as necessidades específicas de cada aluno. Essa personalização do ensino demonstra uma abordagem centrada no aluno, onde o objetivo é proporcionar um ambiente de aprendizagem

que respeite e valorize as diferenças individuais, eliminando possíveis barreiras para a plena participação no ensino regular.

A articulação do AEE com a proposta pedagógica do ensino regular e a colaboração entre professores, supervisores pedagógicos, famílias e outros profissionais indica uma tendência de trabalho colaborativo e integrado. Isso é essencial para garantir que as estratégias educacionais sejam eficazes e adaptadas às necessidades individuais dos alunos criando um ambiente de aprendizagem que seja realmente inclusivo e que atenda às diversas necessidades dos alunos, promovendo um diálogo contínuo entre todos os envolvidos.

A resolução destaca a importância do desenvolvimento profissional contínuo dos professores. A exigência de formação específica e continuada para os docentes do AEE revela uma valorização da especialização docente, essencial para lidar com a complexidade das demandas da educação inclusiva. Essa formação especializada capacita os educadores a criar estratégias pedagógicas mais eficazes, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico dos alunos com necessidades especiais. No entanto, a implementação dessas políticas também apresenta desafios, como a garantia de recursos adequados e a necessidade de formação contínua dos educadores.

Com a implementação dessas políticas, espera-se um aumento na inclusão e participação dos alunos com necessidades especiais no sistema de ensino regular. Isso pode levar a uma maior aceitação e valorização da diversidade nas escolas, além de proporcionar um ambiente mais acolhedor para todos os alunos. A personalização do ensino é outra tendência destacada pela resolução, com o foco na eliminação de barreiras podem resultar em uma melhoria significativa na qualidade do ensino para alunos com necessidades especiais. Isso pode se refletir em melhores resultados acadêmicos e um maior desenvolvimento social e emocional desses alunos.

A necessidade de articulação entre diferentes profissionais e a exigência de formação especializada podem representar desafios na implementação dessas políticas. A garantia de recursos adequados, tanto materiais quanto humanos, será necessário para o sucesso das iniciativas propostas. A formação contínua e especializada dos professores pode levar ao empoderamento dos educadores, proporcionando-lhes as ferramentas e o conhecimento necessário para atender de forma eficaz às necessidades dos alunos. Isso pode também aumentar a motivação e a satisfação profissional dos docentes.

A Resolução CME Nº 01 de 2023 representa um passo significativo em direção a uma educação mais inclusiva e personalizada na rede municipal de ensino de Mossoró-RN. As tendências apontam para uma maior integração, personalização do ensino, colaboração entre

profissionais e desenvolvimento contínuo dos educadores. Os efeitos esperados incluem uma maior inclusão e participação dos alunos com necessidades especiais, melhoria na qualidade do ensino e empoderamento dos educadores, embora desafios na implementação precisem ser cuidadosamente gerenciados. Esta política reflete um compromisso com a construção de um sistema educacional mais justo e equitativo, capaz de atender a diversidade de necessidades presentes nas escolas municipais de Mossoró.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre a educação especial no município de Mossoró-RN analisou alguns aspectos da implementação das políticas de inclusão e o do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na cidade. A análise das produções acadêmicas selecionadas evidenciou tanto avanços quanto desafios na promoção da educação inclusiva no Brasil, bem como auxiliou no entendimento dessas práticas presentes na Resolução CME N° 01/2023 de Mossoró-RN, destacando as principais dimensões: implementação da Política; prática pedagógica e formação docente.

Os resultados apontaram os desafios persistem, especialmente no que se refere à formação contínua de professores e à adequação das práticas pedagógicas às necessidades desses estudantes. Além disso, a pesquisa destacou a importância de um controle orçamentário eficaz e de uma maior articulação entre políticas públicas e a realidade das escolas. A análise da Resolução CME N° 01/2023 de Mossoró-RN demonstrou a necessidade de uma maior atenção às especificidades locais e ao desenvolvimento de estratégias que assegurem a continuidade e a qualidade do atendimento especializado.

Em suma, o estudo contribui para uma reflexão crítica sobre a educação especial em Mossoró-RN, ressaltando a importância de um monitoramento constante das políticas educacionais para garantir a efetiva inclusão de todos os estudantes, com a materialização, na prática, do que está previsto no seu marco normativo. As evidências aqui apresentadas fornecem subsídios para gestores, educadores e formuladores de políticas, apontando caminhos para o fortalecimento de uma educação inclusiva de qualidade no município.

REFERÊNCIAS

AGRELOS, Camila da Silva Teixeira; NOZU, Washington Cesar Shoit. (Con) textualização da política de educação especial em um município sul-mato-grossense. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1360-1376, 2021.

BARBOSA, Verônica Marques da Silva. **Atendimento educacional especializado (AEE) na rede municipal de ensino de Campina Grande/PB: uma análise a partir de política nacional**

de educação especial na perspectiva inclusiva (2008-2018). 2022, 291 f. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande. 2022. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/25621/1/VER%c3%94NICA%20MARQUES%20DA%20SILVA%20BARBOSA%20e2%80%93%20DISSERTA%c3%87%c3%83O%20PPGED%202022.pdf> Acesso em: 28 de jun. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2011. 279 p.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf> Acesso em 28 de jun. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei n, 13146, 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm >. Acesso em: 13 ago. 2024.

DAMASCENO, Fabíola Camurça Janebro. **Política de educação especial: formação continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da prefeitura municipal de Fortaleza**. 2016, 102 f. (Dissertação) Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. 2016. Disponível em: <https://storage.woese.com/documents/f8e1b9f2c8ec8e802d5e28fb6f92ed09add94ce9.pdf> Acesso em: 28 de jun. 2024.

FERREIRA, Herberth Gomes et al. Políticas públicas da educação especial e protagonismo: uma leitura fenomenológica-crítica sobre duas diretrizes do atendimento educacional especializado (AEE). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 5, n. 2, p. 241-252, 2018.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15-educação especial da ANPED. **Revista brasileira de educação especial**, v. 17, p. 105-124, 2011.

MINAYO, Maria C. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 9-29.

MORAES, Bruna Lorena Barbosa. **Conceitos e discursos da educação inclusiva e especial: políticas públicas e a formação continuada dos professores o curso AEE Surdos-UFU**. 2019, 151 f. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27089/3/ConceitosDiscursosEduca%c3%a7%c3%a3o.pdf> Acesso em: 28 de jun. 2024.

MOSSORÓ. **Resolução CME nº 01 de 26 de julho de 2023**. Disponível em: < <https://dom.mossoro.rn.gov.br/dom/ato/10668> >. Acesso em: 19 maio 2024.

PLETSCH, Marcia Denise. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 22, p. 1-25, 2014.

RAFANTE, Heulalia Charalo et al. Impactos da política de educação especial (2008) no Ceará e em Fortaleza. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e218350, 2019.

ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; PLETSCH, Márcia Denise. O atendimento educacional especializado (AEE) para alunos com múltiplas deficiências frente às políticas de inclusão escolar: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. **RevistAleph**, 2013.

SILVA, Caren Daiane da. **Políticas públicas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva em um município do RS: a formação de professores do atendimento educacional especializado–2007 a 2021**. 2023, 158 f. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Rio Grande do Sul. 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/266400/001186552.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 28 de jun. 2024.

SILVA, Jacqueline Silva da; STEFFENS, Carine Rozane; PEREIRA, Rosiane Sousa. Políticas públicas educacionais que permeiam a prática pedagógica da Educação Infantil na perspectiva da Inclusão Escolar. **Ensino em Re-Vista**, v. 29, 2022.